Opinião

Discurso Proferido pelo Ministro Roberto Mangabeira Unger na Solenidade de Posse do Presidente do Ipea, Jessé de Souza[1]

Brasília, 9 de Abril de 2015

Roberto Mangabeira Unger[2]

A Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR) e o Ipea existem para trabalhar na construção de um projeto de país. Eles estão juntos por causa disso e para isso. O Ipea não serve apenas para ajudar a de' nir um plano para o governo que está momentaneamente no poder, mas também para trabalhar na de' nição do projeto de Estado do Brasil. Em contrapartida, não é uma instituição para acadêmica, na qual cada um possa desenvolver a sua agenda autônoma de pesquisa, nem é uma universidade sem aulas. Não há liberdade de cátedra, mas há, sim, uma dialética de pontos de vista contrastantes, porque interessa ao Estado ampliar o debate para além do horizonte da discussão política estabelecida: uma penumbra de imaginação do possível que aprofunde nosso entendimento do existente.

Dessa concepção da vocação do Ipea como assessoria do povo brasileiro na construção do projeto de Estado resulta uma série de atributos essenciais à instituição. O primeiro e o mais importante deles é que se engaje na construção do projeto, que aqui o conhecimento não seja o conhecimento meramente especulativo, mas sim um conhecimento disciplinado pelo imperativo do engajamento e do compromisso transformador. O segundo atributo é que haja coesão interna. O Ipea deve ser a principal casa de seus participantes. É por isso que nós estamos agora estatuindo novas regras para quali' car e limitar as cessões. É justo que o Ipea ajude todas as partes do Estado, mas a nossa vida tem de ser, sobretudo, uma vida interna, e a primeira responsabilidade é para com a nossa comunidade. É apenas mantendo essa coesão que conseguiremos desempenhar nossa tarefa. O terceiro atributo é que a perspectiva intelectual aqui, além de acomodar uma dialética de contrastes intelectuais, precisa ser multidisciplinar – não é só análise econômica, mas todas as formas de entendimento social que têm de ser mobilizadas para essa construção. E, em todas, nós precisamos insistir no requisito da imaginação estrutural, justamente aquilo que mais costuma faltar às ciências sociais contemporâneas. Por ' m, o quarto atributo é que temos de aprofundar nosso debate interno à luz de uma concepção das alternativas do mundo. Há poucas alternativas aparentes. A humanidade vive hoje vergada sob o jugo de uma ditadura de não alternativas. Para derrubar esta ditadura, no interesse do povo brasileiro, nós teremos de identi' car, em todo o mundo, os experimentos institucionais mais promissores e usá-los para informar a nossa construção programática. O enfrentamento dessa tarefa ocorre hoje no contexto de uma transição do Ipea.

A transição pela qual passa a casa hoje tem lugar em um momento no qual o nosso país se aproxima de uma grande in exão, de uma renovação de nossa estratégia nacional. Nas últimas décadas, nós seguimos uma estratégia com duas bases: uma foi a produção e a exportação de commodities e de produtos primários, aproveitando as riquezas da natureza; e a outra foi a

1. Palestra transcrita, não revisada pelo autor.

2. Ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR).

popularização do acesso ao consumo – a renda popular aumentou, o crédito ao consumo foi ampliado, o Estado brasileiro desenhou uma série de iniciativas que resgataram milhões de brasileiros da pobreza extrema. Mas esse modelo agora exauriu o seu potencial, não serve mais como nosso caminho de avanço.

Não é apenas porque o dinheiro fácil escasseou no mundo, porque o preço das commodities baixaram, nem porque a economia chinesa desacelerou. É, sobretudo, porque esse modelo não conseguiu prover à nação instrumentos necessários para a sua energia empreendedora e inovadora.

Se considerarmos esse sistema que construímos sem anestesia, nós poderíamos descrevê-lo pela combinação de três características. A primeira é que o Estado conseguiu manter, nas altas e nas baixas do ciclo econômico, um altíssimo nível de emprego – deixando, porém, a grande maioria dos brasileiros empregados em serviços de baixíssima produtividade, sem futuro. A segunda característica é que uma imensa energia empreendedora, vindo de baixo na sociedade brasileira, coexistiu e coexiste com o primitivismo produtivo, no qual continua afundada a grande maioria desses pequenos empreendimentos. E a terceira característica é que a abundância da natureza mascarou as fragilidades desse regime que agora chegou ao ' m. O recurso a políticas contracíclicas e ao keynesianismo vulgar adiou o dia da conta e do castigo, e acabou apenas por agravar o problema que agora temos de resolver.

Neste momento necessita-se de um ajuste, mas precisamos compreender qual ajuste: um ajuste que subordine o keynesianismo vulgar ao imperativo de realismo ' scal. Mas para que são os sacrifícios exigidos por esse imperativo? Não é aquilo que pretende a doutrina da con' ança ' nanceira: que o ajuste é para ganhar a con' ança ' nanceira, e a con' ança ' nanceira para trazer o investimento, e o investimento para assegurar o crescimento. Isso nunca funcionou em qualquer lugar do mundo, haja vista a Europa, entregue hoje à estagnação e à austeridade ao mesmo tempo. O ajuste é necessário pela razão inversa: para não depender da con' ança ' nanceira; para que o Estado e o país não ' quem de joelhos diante dos interesses ' nanceiros; para rea' rmar o poder estratégico do Estado na construção de um novo projeto. E, portanto, este ajuste tem de ter uma segunda característica, que é a de subordinar os interesses do rentismo ' nanceiro aos interesses do trabalho e da produção, e uma terceira característica, que é a de incorporar o Brasil na economia mundial a serviço não do rentismo ' nanceiro, mas do impulso produtivista. O ajuste não é uma agenda, é mera preliminar de uma agenda.

Qual é, então, a agenda? A agenda há, agora, de enfatizar a produção e a oferta, e não mais apenas o consumo e a demanda. A diferença fundamental entre democratizar a economia do lado da demanda e democratizá-la do lado da oferta é a seguinte: a democratização do lado da demanda faz-se só com dinheiro, enquanto a democratização do lado da oferta exige transformação estrutural e inovação nas instituições, inclusive nas instituições que de' nem a economia de mercado. Não basta regular esta economia nem atenuar as desigualdades geradas no mercado por políticas compensatórias de redistribuição. É preciso democratizar o mercado no seu conteúdo institucional, para ampliar as oportunidades econômicas e educativas, e, portanto, para dar braços, asas e olhos a esse dinamismo humano que fervilha frustrado no nosso país.

O novo projeto nacional é, portanto, um projeto produtivista e capacitador, não é um nacional-consumismo. É um produtivismo includente acompanhado por uma revolução na educação pública. Do lado das oportunidades econômicas exige, em primeiro lugar, soerguer,

pelo menos uma parte, daquela multidão de empreendimentos emergentes e trazê-los para mais perto da fronteira do vanguardismo tecnológico e organizacional. A segunda iniciativa do produtivismo includente tem a ver com as relações de produção e, portanto, também com as relações entre o capital e o trabalho. Em anos recentes, a informalidade diminuiu na economia brasileira, mas a precarização na economia formal aumentou. Hoje, uma parte crescente dos trabalhadores na economia formal se encontra em situações "precarizadas", de trabalho terceirizado ou temporário, ou, ainda, de autoemprego. Nós não podemos avançar apostando na precarização do trabalho, no aviltamento do salário e na desquali' cação do trabalhador. Não podemos prosperar, no Brasil, como uma China com menos gente. Daí a necessidade de criar, ao lado das leis trabalhistas existentes, um segundo corpo de regras, para governar esse novo mundo de relações produtivas e resgatar os trabalhadores brasileiros de um futuro de precarização e de insegurança econômica radical. O terceiro componente deste produtivismo includente é levantar as travas que inibem o impulso produtivista no Brasil, é ter regras em vez de ter a confusão que ainda temos. Eu dou o exemplo da regularização ambiental, entre muitos outros.

O que não se compreende no Brasil é que o problema não é a severidade das restrições ambientais. O problema é que, a rigor, nós não temos um direito ambiental. O nosso direito ambiental é um pseudodireito, quase inteiramente processual, que concede poderes discricionários quase ilimitados a um elenco de pequenos déspotas administrativos, que, juntos com os órgãos de controle, organizam uma perseguição aos interesses da produção. E então, tudo na vida produtiva do país vira uma luta inconclusa entre preconceitos ideológicos contrastantes e interesses práticos opostos. Direito! Precisa-se criar direito substantivo para organizar a democratização do impulso produtivista no país.

O outro lado desse projeto produtivista e capacitador é uma transformação radical no ensino público. Qual é o nosso ensino? É uma imitação degenerada do ensino francês do século XIX, um enciclopedismo raso vidrado em decoreba, em informação, em memória, e é a negação de nossa natureza. O que é o Brasil? É uma grande anarquia criadora. E qual é o método de ensino que adotamos no nosso país? É uma camisa de força dogmática, que faz guerra contra o que somos. Chegou a hora de tirar a camisa de força e se voltar para o ensino focado no essencial, nas capacitações analíticas, de entendimento verbal e raciocínio lógico. Deve-se repudiar o enciclopedismo, não para substituir a enciclopédia grande por uma enciclopédia pequena, mas para priorizar um ideal de aprofundamento seletivo. O que vale é a profundidade como palco para aquisição de capacitações analíticas e a organização de todo o ensino como uma sequência cumulativa de capacitações.

Ao mesmo tempo, temos de enfrentar o problema das inibições precognitivas que a massa de alunos pobres enfrenta, para aceder a essas capacitações analíticas. E, sobretudo, duas grandes capacitações de comportamento, que são as capacitações de disciplina e de cooperação. Ou seja, organizar todo o ensino como um conjunto de redes e de equipes, e superar a combinação de individualismo e de autoritarismo que caracteriza as nossas salas de aula. É, portanto, uma revolução nas capacitações e na consciência do povo brasileiro. Essa revolução exige como requisito a organização da cooperação federativa. Sem redesenhar o nosso federalismo e organizar a parceria do governo federal com os estados e os municípios, não conseguiremos produzir essa mudança. E essa reorientação exige, ao mesmo tempo, todo um conjunto de iniciativas destinadas a quali' car o professorado. Necessita-se da organização de uma carreira nacional de professor e de toda uma série de oportunidades para adquirir os instrumentos necessários para quem há de ministrar esse ensino analítico.

As tecnologias podem nos ajudar a avançar mais rapidamente, mas não são uma solução mágica. A "fecundidade" delas depende da difusão de uma atitude experimentalista e do aprofundamento de práticas cooperativas. Isso não é um amontoado de ações tecnocráticas, é uma visão revolucionária que tem de ser traduzida em uma mobilização nacional, em uma mística e em um projeto de libertação do povo brasileiro que nos restaurará a nós mesmos. Para que esse projeto de Estado produtivista e capacitador não □utue no voluntarismo fantasioso, ele precisa ser ancorado em um entendimento da realidade brasileira.

Nas últimas décadas, surgiu, no Brasil, ao lado da classe média tradicional, uma pequena burguesia empreendedora mestiça, de milhões de brasileiros que lutam para abrir e manter pequenos negócios, que estudam à noite, que se ' liam a novas associações e a novas igrejas, e que instauram, no país, uma cultura de autoajuda e de iniciativa. Essa pequena burguesia já está no comando do imaginário popular. Atrás dela está um grupo ainda maior, que temos chamado de "os batalhadores", de milhões de trabalhadores ainda pobres que já se converteram a essa cultura e a essa consciência. São brasileiros que mantêm dois ou três empregos e que estão tentando seguir nesse rumo. Atrás dos batalhadores está a maioria ainda pobre do povo brasileiro.

Getúlio Vargas organizou uma revolução em meados do século passado, aliando o Estado aos setores organizados da economia. Hoje, a revolução brasileira consiste em o Estado usar seus poderes e recursos para permitir à maioria seguir o caminho dessa vanguarda de emergentes. O atributo mais importante do nosso país é sua vitalidade: uma vitalidade anárquica, assombrosa, quase cega e sem olhos. A vitalidade precisa de uma aliada. A aliada dela é, então, a imaginação, sobretudo a imaginação institucional. Aliada à imaginação, a vitalidade se converterá em grandeza.

Assim, a tarefa do Ipea é ajudar o Estado a abrir esse caminho e ajudar a nação a se descobrir. O Ipea vai agora para o centro do debate nacional, e o Brasil se levantará!